

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas dos Municípios									
38101 Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios									
R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
01.032.1241-4506	Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	6.781.200	5.131.200	0	750.000	900.000	0	0	0
01.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.230.000	0	0	880.000	350.000	0	0	0
01.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	4.705.048	4.565.048	0	140.000	0	0	0	0
01.331.1201-6003	Assistência Médica e Odontológica	300.000	0	0	300.000	0	0	0	0
01.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	857.555	0	0	857.555	0	0	0	0
01.331.1201-6243	Auxílio Transporte	10.000	0	0	10.000	0	0	0	0
Total		13.883.803	9.696.248	0	2.937.555	1.250.000	0	0	0

3.6. DEFENSORIA PÚBLICA

Defensoria Pública

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Prestar gratuita assistência jurídica, judicial e extra-judicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus interesses, em todos os graus e instâncias, inclusive contra pessoas jurídicas de direito.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

EMENTA

Constituição do Estado do Pará, Título V, Capítulo IV, Seção III, arts. 189 a 192.	Dispõe sobre a Defensoria Pública como instituição do Estado essencial à função jurisdicional.
Lei Complementar nº 13, de 18 de junho de 1993.	Dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Pará, e dá outras providências.
Decreto nº 5.494, de 27 de junho de 1988.	Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Procuradoria Geral do Estado e da Defensória Pública e cria funções gratificadas.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Lei nº 7.131, de 24 de abril de 2008.	Dispõe sobre a remuneração de Secretário-adjunto e dá outras providências.
Lei nº 7.543 de 20 de Julho de2.011.	Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa vinculações no ambito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providencias

Defensoria Pública								
R\$ 1,00								
Especificação	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
30101 Defensoria Pública	94.102.346	81.779.063	0	10.017.202	2.306.081	0	0	0
0101Recursos Ordinários	93.332.693	81.779.063	0	9.798.099	1.755.531	0	0	0
0106Recursos Provenientes de Transferências - Convênios e Outros	609.550	0	0	150.000	459.550	0	0	0
0115Recursos Próprios do Fundo da Defensoria Pública	110.853	0	0	19.853	91.000	0	0	0
6101Recursos de Contrapartida de Convênios	49.250	0	0	49.250	0	0	0	0
Total	94.102.346	81.779.063	0	10.017.202	2.306.081	0	0	0